

O QUE PENSAM OS APRENDENTES EM RELAÇÃO AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS FINALIDADES

Gisley Aparecida Gonçalves

Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP

RESUMO

Neste artigo, buscamos desenvolver reflexões sobre o que pensam os aprendentes em relação ao ensino de Língua Portuguesa e quais finalidades atribuem a esse ensino por meio da análise de duas questões. Como referencial teórico, utilizamos estudos de Educação Linguística e Linguística do Discurso. As reflexões evidenciaram não só que o ensino ainda se relaciona apenas à norma de prestígio, ao bem falar, mas também que muitos estudantes não têm noção clara de sua finalidade.

Palavras-chave: Ensino de língua portuguesa. Noções equivocadas.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, buscamos desenvolver reflexões sobre o que pensam os aprendentes em relação ao ensino de língua portuguesa na escola e quais finalidades atribuem a ele. Essas reflexões resultam da análise das seguintes questões: “Estudar língua portuguesa é importante? Por quê?” e “Nas aulas de Língua Portuguesa você estuda mais: o texto, leitura e produção ou as regras da gramática (normativa)?” É importante destacar que essas questões são um aspecto da minha pesquisa de Mestrado.

Essas questões foram propostas a 20 (vinte) estudantes de uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental II, de uma escola na Zona Sul de São Paulo.

Fundamentam, teoricamente, a análise, estudos de alguns pesquisadores como Bechara (1999), Travaglia (2007), Antunes (2007), Figueiredo (2004), Palma, Turazza e Nogueira Junior (2008) e propostas apresentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997).

O artigo está estruturado em três partes: a primeira apresenta o referencial teórico que embasa uma reflexão sobre o ensino de língua materna; a segunda apresenta a análise das respostas dos estudantes às questões propostas; a terceira apresenta a discussão dos resultados e, finalmente, as considerações sobre os resultados obtidos.

O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA

A Educação Linguística objetiva o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, tornando-o capaz de utilizar os recursos da língua nas mais diversas situações comunicativas e, de acordo com Palma, Turazza e Nogueira Júnior, caracteriza-se:

como uma área de pesquisa em desenvolvimento, cuja fundamentação teórica, do ponto de vista pedagógico, engloba conceitos como transposição didática, contrato didático, situações didáticas, a noção de obstáculo epistemológico, registros de representação, as teorias dos campos sociais e engenharia didática. É a base pedagógica da Educação Linguística. Do ponto de vista lingüístico ela fundamenta-se em teorias abrigadas pela Linguística Cognitiva Funcional, pela Lingüística Textual e por trabalhos que privilegiam o discurso e a linguagem como ação. (PALMA, TURAZZA E NOGUEIRA JUNIOR, 2008, p. 8)

A Educação Linguística tem um papel importante no que diz respeito à interação das pessoas na sociedade por meio do uso da língua, que oferece recursos que caracterizam os processos de comunicação.

Segundo Travaglia (2007), a competência do falante, enquanto usuário da língua, está em

- a) quando produtor do texto, saber escolher entre as diversas possibilidades oferecidas pela língua para constituir seu texto do modo mais adequado para alcançar seu(s) objetivo(s) em dada situação.
- b) quando receptor do texto, saber distinguir entre o(s) diferente(s) efeito(s) de sentido que cada recurso da língua usado e a forma do texto resultante é capaz de produzir em dada situação, sendo pois um “leitor” (de textos orais ou escritos) capaz de compreender adequadamente os textos que chegam até ele. (TRAVAGLIA, 2007, p. 25)

Em consonância com essa afirmação, Figueiredo (2004) faz referência ao estudante como agente ativo na construção dos seus conhecimentos. Diz a autora portuguesa que,

neste sentido, a aprendizagem tem de ser vista como um processo de apropriação dos saberes que se inter-relacionam com os conhecimentos adquiridos, num processo complexo de construção e reconstrução. (FIGUEIREDO, 2004, p. 17)

Desse modo, à escola, cabe o fundamental papel de desenvolver a competência comunicativa dos indivíduos no processo ensino-aprendizagem por meio da concepção do espaço-aula como sinônimo de inter-relação.

O ensino de língua portuguesa não deve ser ministrado de forma descontextualizada, visto como estático, fragmentado, sem apresentar relação com as formas concretas de comunicação social, como se a aprendizagem fosse útil apenas no contexto escolar. Nesse sentido, conforme orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a base do trabalho em sala de aula deve ser o texto por meio de atividades que possibilitem análises críticas e autonomia do sujeito social em relação a estabelecer seus pontos de vista. Segundo esse documento,

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais — que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão. De modo geral, os textos são produzidos, lidos e ouvidos em razão de finalidades desse tipo. Sem negar a importância dos que respondem a exigências práticas da vida diária, são os textos que favorecem a reflexão crítica e imaginativa, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (PCN, 1997, pp. 25-6)

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao trabalho com a heterogeneidade da língua, suas variedades linguísticas e dialetos para assim orientar a formação de um indivíduo que saiba utilizar os recursos da língua, considerando tanto a situação quanto os envolvidos no processo comunicativo.

Dessa forma, pensar o ensino de língua como gramática normativa e trabalhar apenas a norma culta por meio de regras e normas do bom uso da língua tornaram-se equívocos no processo de ensino-aprendizagem de língua materna.

De acordo com Antunes, a língua

é parte de nós mesmos, de nossa identidade cultural, histórica, social. É por meio dela que nos socializamos, que interagimos, que desenvolvemos nosso sentimento de pertencimento a um grupo, a uma comunidade. É a língua que nos faz sentir pertencendo a um espaço. É ela que confirma nossa declaração: Eu sou daqui. Falar, escutar, ler, escrever reafirma, cada vez, nossa condição de gente, de pessoa histórica, situada em um tempo e em um espaço. Além disso, a língua mexe com valores. Mobiliza crenças. Institui e reforça poderes. (ANTUNES, 2007, p. 22)

Estudar nomenclaturas não é necessariamente estudar gramática. Segundo Antunes (2007, p. 69), o que ocorre é que “a passagem pelo terreno das nomenclaturas tranquiliza a maioria – de pais, professores e alunos -, pois dá a ideia de que se está ensinando gramática”. Para essa autora,

Com tal exploração de classes e categorias gramaticais, se cristaliza a “certeza” de que a escola está oferecendo – como deveria ser – o estudo da gramática que é necessária para que as pessoas atuem de forma eficaz nas diversas situações da vida social: falando, lendo e escrevendo textos de diferentes gêneros, com diferentes finalidades interativas, com o adequado nível de formalidade, mobilizando e organizando as informações na medida certa, para referir apenas algumas das habilidades que definem as competências comunicativas (ANTUNES, 2007, p.70)

A nomenclatura caracteriza os estudos descritivos da língua uma vez que mostram a estrutura da língua; entretanto, no processo de ensino-aprendizagem ela deve ser dosada em relação ao nível de desenvolvimento dos alunos. O ensino da língua materna deve ser pautado por objetivos definidos que proporcionem a interação do indivíduo na sociedade.

Nesse sentido, Bechara (1999) acentua o propósito do ensino de Língua Portuguesa a falantes nativos e afirma que,

no fundo, a grande missão do professor de língua materna – no ensino da língua estrangeira o problema é outro – é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação e até, no texto em que isso se exigir ou for possível, entremear várias línguas funcionais para distinguir, por exemplo, a modalidade lingüística do narrador ou as modalidades praticadas por seus personagens. (BECHARA, 1999, p. 14)

De acordo ainda com Bechara (1999), o professor de língua materna tem a função de direcionar o aluno para a tão falada cultura integral, que será alcançada por meio de todas as matérias escolares, mas que encontrará maiores oportunidades na matéria de Língua Portuguesa. Nessa perspectiva, ele complementa que

terá o professor de língua materna a ocasião propícia para abrir os limites de uma educação especificamente lingüística. Compete-lhe primeiro ministrar aos seus alunos conteúdos capazes de levá-los à compreensão do mundo que os cerca, nos mais variados campos do saber. (BECHARA, 1999, p. 24)

Portanto, o ensino da Língua Portuguesa a falantes nativos deve apresentar um caráter desafiador por parte dos educadores que têm em suas mãos a capacidade e o dever de mostrar ao estudante a importância da língua materna, sua funcionalidade e sua valorização no processo comunicativo-interacional entre os falantes e/ou participantes dos contextos de linguagem.

AS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES - ANÁLISES E REFLEXÕES ANÁLISE DAS QUESTÕES

Solicitamos aos aprendentes do 9º ano do Ensino Fundamental II de uma escola pública localizada na Zona Sul de São Paulo que respondessem a duas questões sobre o ensino de língua portuguesa: “Estudar Língua Portuguesa é importante? Por quê?” e “Nas aulas de Língua Portuguesa você estuda mais: o texto, leitura e produção ou as regras da gramática (normativa)?”.

É importante ressaltar que essa escola localiza-se na periferia da Zona Sul de São Paulo e que há um elevado índice de alunos faltosos durante o período letivo. Por essa razão, no segundo questionamento, os estudantes destacaram o que contemplaram apenas nas aulas a que assistiram e que frequentaram, por isso há algumas diferenças no que se refere ao foco das aulas de Língua Portuguesa.

Escolhemos essa série por fazer parte da avaliação do SARESP no ensino básico no Estado de São Paulo. Ao todo analisamos as respostas de 20 aprendentes.

É importante ressaltar que as respostas foram transcritas fielmente conforme apresentadas pelos estudantes e que a identificação foi feita por A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14, A15, A16, A17, A18, A19 e A20, pois os nomes dos alunos e da escola foram preservados.

Vejamos as respostas à primeira questão proposta:

- Estudar Língua Portuguesa é importante? Por quê?

A1: *Sim. Porque você aprende a escrever da forma correta, falar corretamente aprender a fazer coisas muito importantes e etc.*

A2: *Sim porque podemos saber a forma correta de falar a forma correta de escrever.*

A3: *Sim, por que para nos falamos melhores para nos não troca palavra e para nos ler melhor.*

A4: *Sim por que nos ajuda a falar melhor nos ajuda a ler melhor.*

A5: *Para me preparar para o futuro as palavras que não sei escreve a prof. me ensina etc.*

A6: *Sim. Porque agente aprende como usar as palavras certas e ler as palavras corretamente etc.*

A7: *Porque sem a língua portuguesa, a gente não consegue arruma um emprego bom, porque a gente sabe como se escreve.*

A8: *Sim, Porque no futuro eu vou precisar saber para entrar ne um emprego bom e que ganha dinheiro, e que nos ajuda a falar melhor.*

A9: *Sim, por que nois aprende o que é advérbio, artigo, substantivo, etc.*

A10: *Sim, por que é melhor a pessoa ficar aprendendo várias coisas e ficar bem na associação e na linguagem.*

A11: *Por que precisamos aprender a língua portuguesa.*

A12: *Sim, por que você aprende a preencher um curriculo e é importante.*

A13: *Não sei.*

A14: *é porque agente aprende coisas novas.*

A15: *Sim. por que você aprende a falar corretamente na sociedade.*

A16: *Sim, porquê precisamos aprender para um entendimento melhor no futuro.*

A17: *Sim Porque se Língua Portuguesa agente não sabe de nada, e é muito importante pra gente.*

A18: *É muito importante sim pra todos aprender e começar a gosta de língua portuguesa.*

A19: *Sim, para sabermos escrever, falar até se comportar em certos lugares.*

A20: *Sim; para podermos nos expressar melhor em público.*

A partir das respostas, pudemos analisar que dos 20 estudantes que responderam à primeira questão “Estudar Língua Portuguesa é importante? Por quê?”, 09 (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A15) direcionaram suas respostas para a importância do saber falar da forma correta, também relacionado ao futuro e ao emprego; outros 09 (A9, A10, A11, A12, A13, A14, A16, A17, A18) não apresentaram em suas respostas uma noção clara do objetivo do ensino de Língua Portuguesa e apenas 02 (A19 e A20) direcionaram suas respostas sobre a importância do saber escrever, falar, se comportar e se expressar em certos lugares.

Assim, teríamos:



Constatamos que os aprendentes fizeram três colocações em relação à importância que estabelecem ao estudo de língua portuguesa: um grupo relacionou o ensino ao falar corretamente e ao futuro; outro grupo não apresentou noção clara dos objetivos do ensino e, por fim, o último grupo direcionou suas respostas à competência comunicativa.

O ensino de língua portuguesa associado à arte do bem falar e escrever tem suas origens no modelo de manual de gramática estabelecido ao longo dos séculos e tem influenciado o processo de ensino-aprendizagem ao estabelecer a gramática normativa como ideal de língua.

É importante ressaltar que costuma-se atribuir ao alexandrino Dionísio Trácio, a autoria da produção da primeira gramática conhecida, que foi tomada como modelo ao consolidar descrições de aspectos da língua grega. (FARACO, 2008, p.135)

Ainda conforme Faraco,

O estudo criterioso dos textos levou os eruditos alexandrinos a descrever e comentar a língua que ali encontravam: aspectos de métrica, ortografia e pronúncia; a distribuição das palavras por classes (nomes, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções etc.) a estrutura sintática da oração simples (sujeito, predicado, complementos, adjuntos) e dos períodos (coordenação e subordinação); o uso das figuras de linguagem e assim por diante. (FARACO, 2008, p. 135)

Dessa forma, Faraco (2008, p. 137) destaca que uma vez constituída pelos Alexandrinos, a gramática foi agregada às tradições: retórica, lógico-filosófica e normativa. Nesse sentido, ele aponta que

os manuais gramaticais davam, então, como seu objetivo a formulação, a partir da língua dos autores consagrados, de regras para falar e escrever corretamente; continham uma descrição da estrutura das sentenças (sintaxe) e uma classificação das palavras com uma apresentação da morfologia flexional (conjugação dos verbos e declinação dos substantivos). Completavam-se com um capítulo que tratava de questões de estilo, com destaque para as figuras de linguagem e para o que se convencionou chamar de “virtudes e vícios” de linguagem. (FARACO, 2008, p.137)

Ensinar gramática por meio de um procedimento puramente metalinguístico, com fins em si mesmo, visando à aquisição de um falar culto, de prestígio social, é uma visão historicamente constituída que, felizmente, tem contado, a partir da segunda metade do século XX, com estudos teóricos e práticos que objetivam outro direcionamento ao ensino efetivo da gramática.

Um ensino fragmentado e estático da língua contribui para que muitos alunos não estabeleçam sentido na aprendizagem da língua materna. À escola compete auxiliar o aluno no desenvolvimento da competência comunicativa e na formação de um poliglota em sua própria língua (BECHARA, 1999).

Para isso, o trabalho em sala de aula deve ser direcionado não só pela norma de prestígio social, que é de responsabilidade da escola, mas também pelas variedades linguísticas para que o aluno saiba utilizar os diversos recursos oferecidos pela língua nas mais diversas situações comunicativas.

Em relação à segunda questão, *Nas aulas de Língua Portuguesa você estuda mais: o texto, leitura e produção ou as regras da gramática (normativa)?*, obtivemos as seguintes respostas:

A1: Regras da gramática.

A2: Regras da Gramática

A3: Leitura de texto

A4: Leitura de texto

A5: Regras da gramática

A6: Regras da gramática

A7: Regras da gramática

A8: Produção de texto

A9: Regras da gramática

A10: Produção de texto

A11: Regras da gramática

A12: Regras da gramática

A13: Regras da gramática

A14: Regras da gramática

A15: Regras da gramática

A16: Regras da gramática

A17: Regras da gramática

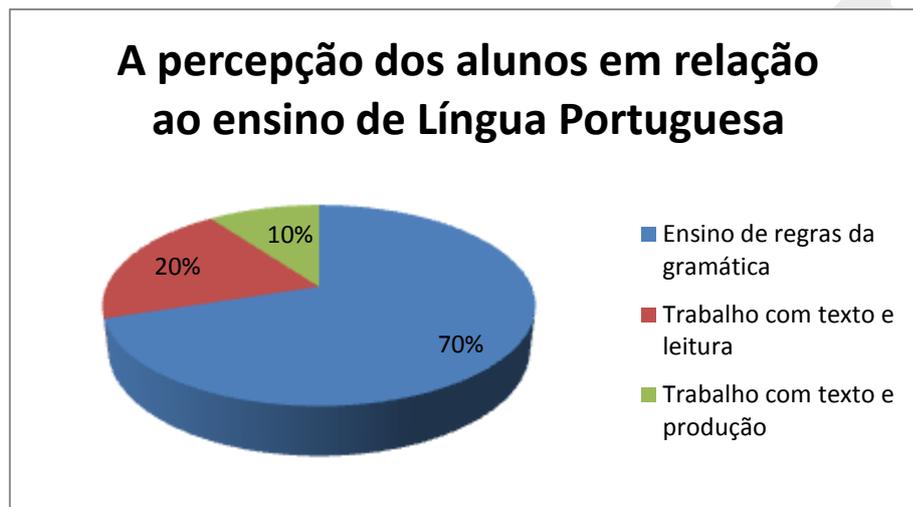
A18: Leitura de texto

A19: Leitura de texto

A20: Regras de gramática

A partir das respostas a esse segundo questionamento “Nas aulas de Língua Portuguesa você estuda mais: o texto, leitura e produção ou as regras da gramática (normativa)?”, pudemos verificar que dos 20 estudantes que responderam à questão, 14 (A1, A2, A5, A6, A7, A9, A11, A12, A13, A14, A15, A16, A17, A20) destacaram o ensino com foco na gramática (normativa), 04 (A3, A4, A18, A19) destacaram o trabalho com o texto e a leitura e os outros 02 (A8 e A10) destacaram o trabalho com o texto e a produção.

Assim, teríamos:



Constatamos, por meio das respostas dos aprendentes, que o ensino de língua portuguesa tem ainda se voltado, em grande parte do trabalho, ao ensino das regras da gramática normativa.

Travaglia (2007) destaca que um ensino de gramática pertinente para a vida é aquele que desenvolve a competência comunicativa do falante e assim afirma que

Este ensino terá que ser estruturado não como um estudo e trabalho que encara a gramática como uma teoria a ser utilizada em análises linguísticas. Este ensino será construído sobre uma concepção que vê a gramática como o próprio estudo e trabalho com a variedade dos recursos linguísticos colocados à disposição do produtor e receptor de textos para a construção do sentido em textos. Portanto, a gramática vista como o estudo das condições linguísticas da significação. (TRAVAGLIA, 2007, p.18)

Dessa forma, o ensino de gramática normativa deve ter como objetivo o desenvolvimento da competência comunicativa do falante e assim ser ministrado de forma funcional para que os alunos compreendam a importância das adequações de linguagem na comunicação.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante dos resultados, percebemos que muitos estudantes não têm clareza quanto ao objetivo do ensino de língua materna e que o trabalho somente com as regras da gramática normativa fortalece a concepção do que é certo e errado por meio da prescrição.

Ao relacionar o ensino de Língua Portuguesa ao bem falar e ao escrever, os alunos evidenciam não só a tradição do trabalho apenas com a norma de prestígio social, mas também o equívoco entre ensino de língua e gramática normativa. O que se tem visto em boa parte das aulas de Língua Portuguesa é um trabalho de metalinguagem, ministrado de forma fragmentada, que não oferece base para o desenvolvimento da competência comunicativa do falante.

A escola tem o papel de formar cidadãos ativos na sociedade que saibam adequar sua linguagem a diferentes situações de comunicação e, para isso, o aprendente não pode ser privado do conhecimento que abrange todas as normas linguísticas de comunicação social, inclusive a norma culta, que deve ser parte do processo de ensino-aprendizagem institucional.

O problema está em se trabalhar somente essa norma e anular todas as demais formas e contextos de comunicação e não se considerar que

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (PCN, 1997, p.26)

Por meio das respostas às questões propostas, percebemos a importância não só de esclarecimento ao aprendente sobre as finalidades do ensino de língua portuguesa a falantes nativos, mas também de mudanças práticas e efetivas em relação a esse ensino que direcionarão a formação de políglotas em sua própria língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises e reflexões aqui realizadas apontam que, embora haja teorias que direcionam as necessidades de mudanças no processo de aprendizagem de língua materna, a prática ainda não apresenta as mudanças efetivas para o desenvolvimento da competência comunicativa do falante.

Conforme analisado nas respostas dos 20(vinte) estudantes de uma escola pública na Zona Sul de São Paulo, muitos relacionam o processo de aprendizagem de língua portuguesa ao bem falar, outros não têm noção clara das finalidades do ensino e apenas 02(dois) alunos direcionaram suas respostas para a importância de saber falar, escrever, se comportar em certos lugares e se expressar em público. Em relação ao segundo questionamento, sobre o que se estuda mais nas aulas, percebemos que as regras que regem a gramática normativa lideram o ensino de Língua Portuguesa.

Dessa forma, pudemos constatar que muitos estudantes não só possuem conceitos equivocados em relação ao ensino de língua portuguesa relacionando-o apenas à norma de prestígio, mas também muitos não têm noção nem do porquê de o ensino de língua portuguesa na escola. Um ensino que existe somente para contemplar os conteúdos programáticos relacionados à língua como sistema, e que não se direciona ao seu objetivo maior que é o de formar políglotas na língua materna.

Em suma, verificamos que não só o ensino de Língua Portuguesa encontra-se ainda atrelado somente ao trabalho com a norma de prestígio social, estabelecendo a noção do bem falar e escrever ligados às regras da gramática normativa, mas que também muitos estudantes não têm noção clara da finalidade desse ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedra no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1999.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FIGUEIREDO, Olívia. *Didáctica do Português Língua Materna. Dos programas de ensino às teorias, das teorias às práticas*. Edições Asa, 2004.

PALMA, Dieli Vesaro; TURAZZA, Jeni Silva e NOGUEIRA JUNIOR, José Everaldo. Educação Linguística e desafios na formação de professores. In *Língua Portuguesa - lusofonia - memória e diversidade cultural* (Neusa Barbosa Bastos - org.) São Paulo: EDUC/FAPESP, 2008, pp. 215-233.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2007.

ABSTRACT

In this article, we seek to develop reflections on what learners think about the teaching of Portuguese language and purposes which attach to this teaching through the analysis of two issues. As theoretical framework, we use studies based on Linguistics and Language Education Speech. The reflections showed not only that education is still only related to the standard of prestige, the good talk, but also that many students have no clear notion of the purpose of this teaching.

Key words: *Teaching English language. Mistaken notions.*

Data de envio: 20/12/2011

Aprovado para publicação: Fevereiro/2012